

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT03.006

## **ENSINO TÉCNICO - PROFISSIONAL NA DÉCADA DE 1950: FRAGMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO NA PARAÍBA<sup>1</sup>**

Vívia de Melo Silva<sup>2</sup>  
Clarisse Rumão Gonçalves<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O presente estudo foi desenvolvido junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) da Universidade Federal da Paraíba, tendo como objetivo compreender a configuração do ensino técnico-profissional de grau secundário na Paraíba, na década de 1950. A pesquisa foi realizada mediante estudo bibliográfico e pesquisa documental, com abordagem qualitativa e a partir das Leis Orgânicas do Ensino dos anos de 1940 e das Leis de Equivalência do Ensino da década de 1950. Trabalhamos com algumas fontes coletadas no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte da Fundação Espaço Cultural, localizado na FUNESC na cidade de João Pessoa-PB. Constitui o arquivo analisado: exemplares de jornais e documentos avulsos. Como resultado da pesquisa, foram encontrados investimentos em torno das escolas do Serviço Nacional da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que surgem muito antes dos anos 1950 e vão ganhando

- 
- 1 Desenvolvido com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
  - 2 Doutora em Educação, Universidade Federal da Paraíba - UFPB; [yms@academico.ufpb.br](mailto:yms@academico.ufpb.br).
  - 3 Graduada em Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba - UFPB; [clarisse.rumao@academico.ufpb.br](mailto:clarisse.rumao@academico.ufpb.br)

visibilidade ao longo desta década, oferecendo cursos voltados à preparação da mão de obra qualificada. Também se destacaram os cursos industriais e cursos agrícolas voltados à formação dos jovens trabalhadores da época. E por fim, o curso normal, que tinha o objetivo de formar professoras/res para atuarem no ensino primário, sendo ofertado em cursos públicos e privados no estado da Paraíba.

**Palavras-chave:** Ensino Técnico; Educação Profissional; História da Educação da Paraíba.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados do projeto de pesquisa “Ensino técnico-profissional de grau secundário na Paraíba: instauração e funcionamento na década de 1950”, desenvolvido no período de outubro de 2023 a agosto de 2024, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mais especificamente, o texto enfatiza os resultados do plano de trabalho “Ensino técnico-profissional de grau secundário na Paraíba: instauração e funcionamento na década de 1950”, que analisou o processo de implantação e funcionamento deste ensino no estado da Paraíba, durante a década mencionada.

Os anos de 1950 representaram o auge do chamado Brasil desenvolvimentista, que, ao priorizar a modernização e a industrialização do país, gerou a necessidade de formar trabalhadores qualificados. De acordo com Nunes (1999), nesse período, o Brasil multiplicou as indústrias nos grandes centros urbanos, aumentou as concentrações urbanas, observou o crescimento da renda per capita de parte da população e também viu crescer a demanda por educação de nível secundário, seja ela propedêutica ou profissionalizante. Nesse contexto, é importante destacar que:

A década de 1950 foi marcada pelo forte crescimento do capital industrial brasileiro. A economia nacional apresentava fortes sinais de desenvolvimento, especialmente no tocante à implantação de indústrias (automóveis, eletrodomésticos, etc.) e a conseqüente criação de novos postos de trabalho que demandavam agora, novos conhecimentos. (Medeiros Neta, 2018, p.227)

Vale ressaltar que, nesse período, o ensino de grau secundário (ou de segundo grau) estava marcado por disputas sobre seus sentidos e propósitos. O resultado dessas disputas gerou o que Ramos (2011) denominou de “dois sistemas independentes”, que na historiografia da educação é conhecido como dualismo educacional: a educação das massas por meio dos cursos técnico-profissionalizantes, em oposição à educação das elites,

com o ensino propedêutico. Nosso foco neste texto é o ramo dos cursos técnico-profissionalizantes.

Nesse sentido, a pesquisa foi realizada por meio de estudo bibliográfico e pesquisa documental, com abordagem qualitativa, utilizando as Leis Orgânicas do Ensino dos anos de 1940 e as Leis de Equivalência do Ensino da década de 1950. Foram utilizadas fontes coletadas no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, da Fundação Espaço Cultural (FUNESC), localizado em João Pessoa, Paraíba, especificamente exemplares do jornal *A União*.

A pesquisa dialoga com autores como Medeiros Neta (2018), Le Goff (1996) e Bacellar (2005), que discutem, respectivamente, a história do ensino técnico-profissionalizante no Brasil, a produção do conhecimento histórico e o trabalho com fontes históricas.

Os objetivos de pesquisa foram. Objetivo geral: compreender a configuração do ensino técnico-profissional de segundo grau na Paraíba durante a década de 1950. E os objetivos específicos: a) Mapear a instauração e expansão do ensino técnico-profissional de segundo grau na Paraíba, mediante as instituições escolares e cursos implantados nos anos de 1950; b) Identificar as instituições de ensino técnico-profissional públicas e privadas deste grau escolar, considerando localidades e a(as) motivação(ões) para a instauração e funcionamento no recorte temporal elegido; c) Especificar os cursos de ensino técnico-profissional de nível secundário criados e em funcionamento no estado, destacando a predominância dos técnicos profissionais ou dos de formação de professores.

Nesta direção, este texto está organizado da seguinte forma: além desta introdução, os procedimentos metodológicos adotados durante a pesquisa, seguidos pelos resultados e discussão e, por fim, considerações finais.

## METODOLOGIA

A pesquisa histórico-educacional foi realizada por meio de estudo bibliográfico, leitura e análise de produções já existentes sobre o tema,

além de pesquisa documental, com abordagem qualitativa, baseada nas Leis Orgânicas do Ensino dos anos de 1940 e nas Leis de Equivalência do Ensino da década de 1950. Dentre os autores consultados, destacam-se Medeiros Neta (2018), Bacellar (2005) e Le Goff (1996), entre outros que abordam o contexto histórico e a discussão de pesquisa.

Quanto ao levantamento documental, utilizamos fontes provenientes do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, da Fundação Espaço Cultural (FUNESC), bem como do acervo digital disponibilizado pelo próprio jornal *A União* ([https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy\\_of\\_jornal-a-uniao](https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao)). O arquivo analisado constituiu-se de exemplares de jornais e documentos avulsos. A catalogação das fontes foi realizada por meio de fotografias do material encontrado e de registros manuscritos sobre as instituições escolares, município, ano de criação e esfera pública ou privada, especificamente dos cursos de ensino técnico-profissional de nível secundário criados e/ou em funcionamento no estado nos anos da pesquisa.

Vale ressaltar que, em relação às condições dos documentos pesquisados presencial e digitalmente, além de estarem deteriorados devido à ação do tempo, os jornais apresentavam ausência de páginas, recortes, riscos e falta de um dos volumes de 1955 (especificamente o volume II), além de falhas na paginação. Esses fatores dificultaram o registro das fontes e a análise dos dados.

Em relação ao arquivo digital, que foi utilizado mais como suporte para complementação, observou-se que contava com poucos exemplares dos anos e volumes correspondentes ao recorte temporal da pesquisa. Quanto ao arquivo da FUNESC, onde localizamos presencialmente o jornal *A União*, apresentava um acervo mais completo e estava organizado em compêndios dos exemplares desse jornal, com volumes variando entre um e quatro meses de impressões por ano. Portanto, um ano poderia contar com dois a quatro compêndios.

Para a análise documental, adotamos inicialmente as orientações apresentadas em alguns textos, como o artigo “Organização e Estrutura da Educação Profissional no Brasil: da reforma Capanema às leis de equi-

valência”, de Medeiros Neta (2018), que analisa a organização e a estrutura da educação profissional brasileira a partir das Leis Orgânicas do Ensino, da década de 1940, oriundas da conhecida “Reforma Capanema”, e das Leis de Equivalência do Ensino, especificamente as Leis nº 1.076, de 31 de março de 1950, nº 1.821, de 12 de março de 1953, e nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Outros textos também foram essenciais para a discussão dos achados históricos, como os de Saviani (2008) e George (2008).

Durante o levantamento e análise das fontes, foi pertinente a observação de Bacellar (2005), que destaca que nenhum documento é neutro, sempre carregando a opinião da pessoa e/ou do órgão que o produziu. Nesse sentido, uma boa dose de desconfiança é fundamental como princípio orientador, além de uma leitura atenta dos autores que já trabalharam na mesma linha de pesquisa.

Por fim, adotamos a concepção de “documento/monumento”, proposta por Le Goff (1996), que define os materiais da memória coletiva e da história. O autor chama a atenção para a necessidade de uma análise precisa sobre quem produziu a fonte, em que condições ela foi produzida, distribuída, e em que medida o documento se configura como instrumento de poder/autoridade. Ter um olhar crítico e questionador é uma obrigação do historiador, que não deve tomar para si a “verdade” como sendo absoluta.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### A) CONTEXTO HISTÓRICO (1950-1959)

Os anos de 1950 foram marcados por importantes transformações socioeconômicas e educacionais no Brasil. Nesta década de 1950, quando o padrão de acumulação industrial deu seu segundo salto com a industrialização surgiu a necessidade de mão de obra qualificada,

[requerendo] um novo perfil da força de trabalho urbana, o que pressupôs uma certa escolarização. Ao mesmo tempo, a

diversificação das atividades ocupacionais, inerente ao processo de modernização, suscitou a demanda pela ampliação das oportunidades educacionais. Mas como o trabalho, no universo cultural que a sociedade escravocrata forjara, constitui-se numa atividade que se identificava como própria dos subalternos, o que vai ocorrer é a própria expansão desordenada do modelo de sistema de ensino até então vigente (Ferreira; Aguiar, 2000. p. 34/35)

Durante os anos 1950 vivemos os governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, os quais, em linhas gerais, fomentaram o processo de industrialização nacional pela substituição de importações; pela abertura ao capital externo para investimento; pelo planejamento estratégico; pela construção de uma infraestrutura como rodovias, hidroelétricas, aeroportos; pela promoção da indústria de base e de produção de bens de capitais, fundamentais para produção nacional.

Dado o contexto da época, havia uma carência de mão de obra especializada na área industrial, comercial, agrícola e para o magistério. Esta carência se apresentava não somente na Paraíba, mas também em todo o país, havendo assim, uma necessidade de ampliação do acesso à educação impulsionada pelas demandas das elites e pela necessidade econômica de qualificar os trabalhadores para atender às demandas do sistema econômico em processo de modernização.

No entanto, a aplicação do acesso à educação foi desigual e refletiu as estruturas sociais em um ensino distinto oferecida às camadas mais pobres e ricas da sociedade. O trabalho manual associado às classes menos favorecidas e o intelectual reservado às elites, mediante a seguinte divisão: educação técnica destinada aos mais pobres e o acesso superior reservado aos mais ricos. Essa divisão desigual de oportunidades educacionais contribuiu para a intensificação das desigualdades no Brasil.

A organização da educação nacional nos anos de 1950 ainda se pautava nas leis do Estado Novo, na chamada Reforma Capanema, fazendo referência ao então Ministro da Educação Gustavo Capanema. Foram oito Decretos que regulamentaram o Ensino Primário, o Ensino Secundário e

as distintas áreas do Ensino Profissionalizante (industrial, comercial, normal e agrícola).

A Reforma Capanema ratificava a ordem vigente e a ordem dominante, devido esta reforma manter como característica da educação brasileira o dualismo. A própria Lei Orgânica do Ensino propiciava dois “caminhos” a serem percorridos do ensino primário ao ensino profissionalizante. O dualismo na educação era:

Nas letras da Reforma Capanema, a organização de um sistema de ensino bifurcado, com um ensino secundário público destinado às “elites condutoras” e um ensino profissionalizante para as classes populares. Assim, se por um lado o Estado organizou as relações de trabalho através da CLT, por outro, impôs ao sistema público de ensino uma legislação que procurou separar aqueles que poderiam estudar, daqueles que deveriam estudar menos e ganhar o mercado de trabalho mais rapidamente. (Ghiraldelli Jr, 2000, p. 84)

Por isso, era de extrema importância profissionalizar a massa trabalhadora. Daí surgiram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), ainda nos anos de 1940, visando qualificar a mão-de-obra para a indústria e o comércio/prestação de serviços, respectivamente. Estas instituições profissionalizantes dirigidas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), naquele primeiro momento pagavam uma “ajuda de custo” a seus estudantes, o que tornava mais atraente à população pobre.

Nesta discussão, importante também se faz ressaltar as Leis de Equivalência dos anos 1950 no Brasil. Foram importantes para a educação profissional, sendo três:

- Lei nº 1.076, de 1950: Esta lei assegurava aos estudantes que concluírem cursos de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola o direito de matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências (Câmara dos Deputados do Brasil).



- Lei nº 1.821, de 1953: Continuou a expandir os direitos dos estudantes de cursos técnicos, permitindo-lhes acesso ao ensino secundário e superior (Câmara dos Deputados do Brasil).
- Lei nº 3.552, de 1959: Representou um movimento progressista, aumentando a duração dos cursos técnico, concedendo mais autonomia às escolas e criando conselhos dirigentes em cada escola (Câmara dos Deputados do Brasil).

Essas leis ajudaram a reconhecer os cursos profissionalizantes como um caminho válido para também ingressar no ensino superior, promovendo uma maior integração entre a educação técnico-profissionalizante e a acadêmica.

## **B) INSTAURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL NA PARAÍBA DURANTE A DÉCADA DE 1950**

Apresentamos aqui uma discussão voltada à implantação do ensino técnico-profissional na Paraíba, no recorte temporal dos anos de 1950. Apresentando os cursos: industrial, comercial, agrícola e normal na Paraíba.

Na Paraíba, neste período, observamos que existiram diversas instituições voltadas à oferta de educação técnico-profissionalizante, tanto nas redes públicas quanto na iniciativa privada. Na rede pública se destacaram as instituições estaduais com o apoio do governo Federal.

No decorrer da pesquisa no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte chamou nossa atenção a abundância de artigos e reportagens que enfatizavam a importância do ensino técnico-profissionalizante de grau secundário na época. Também fazemos um destaque para esse ensino durante o governo de José Américo de Almeida, eleito governador do Estado da Paraíba (1950-1956), por observamos uma maior implantação de destas instituições neste governo.

É importante mencionar que os artigos e reportagens usados como fontes históricas neste estudo não representam apenas as opiniões de seus autores (editores de jornais, jornalistas), o que por si só já seria significativo, como descrito por Bacellar (2005). Mas também essas fontes são uma representação da sociedade em si e de como ela desejava ser vista, lembrada e perpetuada. Neste sentido, para melhor visualização do processo de implementação do ensino técnico-profissional na Paraíba, elaboramos um quadro, no qual buscamos ressaltar a criação das escolas deste ensino de grau secundário, os locais onde eram instauradas e o ano de implantação. Este quadro representa uma organização preliminar dos nossos achados históricos, carecendo de complementação mediante o cruzamento de outras fontes (catalogadas na pesquisa atual da vigência 2025-2026).

**Quadro 1:** Funcionamento e Instauração de estabelecimentos de ensino médio técnico-profissional na Paraíba (1950-1959)<sup>4</sup>.

Nome da instituição	Localização	Ano de Criação	Pública / Privada	Observação: Em funcionamento ou se Foi criada
Escola de Educação Doméstica “D. Moisés Coelho”	João Pessoa	?	Pública	?
Escola Técnica De Comércio Underwood	João Pessoa	1928	Pública	Em funcionamento
Escola Industrial de João Pessoa	João Pessoa	1942	Privada (com bolsa de estudo)	Em funcionamento
Escola Técnica de comércio “Epitácio Pessoa”	João Pessoa	1921-1922	Pública	Em funcionamento
Cursos Pedagógicos do I.N.E. P	João Pessoa	1938	?	Em funcionamento
Escolas Do SESI	João Pessoa	1946	Particular	Em funcionamento

4 No quadro em questão, consideramos tanto as instituições implantadas na década de 1950 quanto aquelas que, embora tenham sido criadas em anos anteriores, estavam em funcionamento nesse período.

Nome da instituição	Localização	Ano de Criação	Pública / Privada	Observação: Em funcionamento ou se Foi criada
Serviço Nacional de Ensino comercial (SENAC)	João Pessoa	1946	Particular	Em funcionamento
Escola Doméstica	João Pessoa	1936	Pública	Em funcionamento
Escola de Professores do Instituto de Educação	João Pessoa	1932	Pública	Em funcionamento
Escola Remington "Pe.Azevedo"	João Pessoa	?	?	?
Escola Profissional "Presidente João Pessoa"	João Pessoa	1934	?	Em funcionamento
Colégio Nossa Senhora das Neves	João Pessoa	1958	Particular	Em funcionamento
Colégio Nossa Senhora de Lourdes	João Pessoa	1940	Particular	Em funcionamento
Escola de Educação Técnica Profissional "Nazinha Galvão"	João Pessoa	1950	Particular	Foi criada
Escola Profissional Presidente João Pessoa	João Pessoa	1934	?	Em funcionamento
Centro de iniciação Profissional São José do Círculo Operário de João Pessoa	João Pessoa	1938	?	Em funcionamento
Escola Industrial	João Pessoa	1942	?	Em funcionamento
Escola Profissional Pe. Anchieta	João Pessoa	1941	Particular	Em funcionamento
Colégio N.S.das Graças	João Pessoa	1958	Particular	Foi criada
Escola Industrial da Paraíba (Escola técnica Coriolano de Medeiros)	João Pessoa	1958	Pública	Foi criada
Colégio N. S.de Lourdes	João Pessoa	1940	Particular	Em funcionamento
Escola Profissional Querubina Pereira	João Pessoa	1958	?	Foi criada

Nome da instituição	Localização	Ano de Criação	Pública / Privada	Observação: Em funcionamento ou se Foi criada
Escola Agrotécnica "Vidal De Negreiros"	Bananeiras	1921	Pública	Em funcionamento
Ginásio Sagrado Coração De Jesus	Bananeiras	1937	Particular	Em funcionamento
Curso Pedagógico e Doméstico no Ginásio "Santa Rita"	Areia	1937	Pública	Em funcionamento
Escola de Agronomia do Nordeste	Areia	1934	Pública	Em funcionamento
Curso De férias para para professores Rurais	Areia	1946	?	Em funcionamento
Ginásio "Coelho Lisboa	Areia	1953	?	Foi criada
Escola Normal de Areia	Areia	1946	Pública	Em funcionamento
Escola de Comércio "Corálio Soares de Oliveira" Sapé	?	?	?	?
Cursos do SESC	Sapé	?	?	?
SENAI	Campina Grande	1952	Particular	Foi criada
Criação da Escola Politécnica da Paraíba	Campina Grande	1952/1954	Pública	Foi criada
Escola técnica de Comércio de Campina Grande	Campina Grande	1952	Pública	Foi criada
Escola técnica municipal	Campina Grande	1950	Pública	Foi criada
Ginásio Nossa Senhora do Rosário	Alagoa Grande	1948/ 1953	Pública	Vinha funcionando, em 1948. Em 1 de março de 1953 passou a denominar-se Ginásio Nossa senhora do Rosário
Escola Profissional Monte Carmelo	Cajazeiras	1950	Pública	Foi criada

Nome da instituição	Localização	Ano de Criação	Pública / Privada	Observação: Em funcionamento ou se Foi criada
Escola Técnica de Comercio de Cajazeiras	Cajazeiras	1951	Pública	Foi criada
Ensino de Economia Doméstica no meio rural	?	1909	?	Em funcionamento
Curso Normal Regional	?	1946	?	Em funcionamento
Escola de Comércio "professor Antônio Gomes"	?	1949	?	Foi criada
Ginásio "Cristo Rei"	Patos	1938	Particular	Em funcionamento
Escola Profissional	Patos	?	?	?
Escola Comercial de Patos	Patos	1951	?	Foi criada
Escola Profissional Monte Carmelo	Princesa Isabel	1950	?	Foi criada
Ginásio de Nossa Senhora da Luz	Guarabira	1936	?	Em funcionamento
Escola Técnica de Comércio "Santo Antônio"	Guarabira	1958	Pública	Foi criada
Escola Normal "D. Francisca Mendes"	Catolé do Rocha	1835	Pública	Em funcionamento
Escola Agrícola de Catolé do Rocha	Catolé do Rocha	1952	Pública	Foi criada
Instalação da Escola de Ensino médio agrícola em Sousa	Sousa	1901	Pública	Em funcionamento
Escola de comércio "Cônego José viana"	Sousa	1928	Pública	Em funcionamento
Escola Normal	Piancó	Fundada em 1908 e em, 1937 instalado o Curso normal	?	Em funcionamento
Escola Comercial "Minervino Cavalcante"	Taperoá	1954	?	Foi criada
Escola Comercial de Taperoá	Taperoá	?	?	?

Nome da instituição	Localização	Ano de Criação	Pública / Privada	Observação: Em funcionamento ou se Foi criada
Escola Comercial “João Úrsulo”	Pedras do Fogo (També)	?	?	?
Escola Normal, regional	Santa Luzia	1950	Particular	Foi criada
Escola Comercial “Frei Marinho”	Santa Luzia	1956	?	Foi criada
Escola Profissional “Francisco Leandro”	Santa Luzia	1954	?	Foi criada

**Fonte:** Elaborado a partir dos dados coletados no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte localizado na Fundação Espaço Cultural (entre 2023 e 2024).

O quadro evidencia uma notável expansão do ensino técnico-profissional na Paraíba. Observamos uma presença marcante dos estabelecimentos de ensino do Serviço Nacional da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que surgem muito antes da década de 1950 e vão ganhando mais visibilidade ao longo desta década, oferecendo cursos voltados à preparação da mão de obra qualificada. Também se destacam os cursos agrícolas que integravam a formação dos jovens da época.

No que se refere ao ensino agrícola, estabelecido pela Decreto-Lei Nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, tinha como finalidade, conforme esse dispositivo legal: formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas; dar a trabalhadores agrícolas uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e produtividade; Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas diplomados.

Na nossa pesquisa, dentre aos diferentes cursos agrícolas localizados, nos chamou a atenção a escola conhecida como Pindobal, Escola Profissional Presidente João Pessoa. De acordo com Nascimento (2022, p. 9) “Pindobal, como é conhecida popularmente, é uma instituição que possui características de Patronato Agrícola, cujo objetivo institucional é profissionalizar, conter, regenerar e educar os considerados incorrigíveis

socialmente”. Na imprensa paraibana apresentam Pindobal como uma escola híbrida, que ao mesmo tempo associava cursos agrícolas e mecânicos. Sobre essa instituição vale destacar o seguinte, em função de sua especificidade:

Pindobal é pensada apenas sob a ótica do Trabalho Agrícola e do encarceramento. É analisado aqui o decreto 1.672 de 10 de junho de 1930 sobre a criação da instituição, documento que evidencia os elementos do trabalho, da ordem, do militarismo e do encarceramento, onde observamos nitidamente qual é o modelo de instituição pensada para Pindobal: austera, compulsória, militar e que regenere através do trabalho agrícola. (DECRETO..., 1930). É evidente que Pindobal desenvolve uma ação voltada para os aspectos da nacionalização e do progresso agrícola, sendo pensado um tipo de Escola para os pobres, filhos e filhas dos trabalhadores. (Nascimento, 2022, p.246)

Por fim, os cursos normais que tinham o objetivo de formar professoras para atuarem no ensino primário. Eram ofertados em cursos da rede pública e privada de nível secundário. Os cursos normais eram quase, em sua totalidade, no recorte temporal da pesquisa, ofertados por instituições privadas de caráter confessional, ou seja, vinculada a uma ordem religiosa, como Carmelitas e outras.

Especialmente sobre o ensino normal na Paraíba, Aquino (2022) diz que a expansão dos cursos normais representou muito além da formação de professores, mas também, uma estratégia em defesa da propagação dos ideais católicos e controle por parte das escolas confessionais. E como última característica destes cursos voltados à formação do magistério, mas não menos importante, há a predominância da oferta para o público feminino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos de 1950 foram marcados pelas transformações socioeconômicas vividas no Brasil, durante a década 1950 vivemos os governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, os quais, em linhas gerais,

fomentaram o processo de industrialização no país. O ensino técnico-profissionalizante acabou recebendo um estigma de curso menos importante, ao considerar o dualismo educacional do qual falamos no texto. O trabalho intelectual recebeu maior valorização e reconhecimento em detrimento do trabalho técnico. Essa dicotomia produziu desigualdades sociais e limitações de oportunidades educacionais para as classes menos favorecidas.

A partir das Leis Orgânicas do Ensino foram estabelecidas por meio de Decretos-Lei, restringindo o acesso ao ensino superior às elites e mantendo a formação profissionalizante como uma opção para as classes mais pobres. Essa configuração aprofundou as disparidades sociais e dificultou a mobilidade social por meio da educação. Além disso, a educação foi utilizada como uma ferramenta para preparar os jovens para o mercado de trabalho, conforme os interesses políticos e econômicos da época.

No estado da Paraíba, observamos a ênfase dada ao ensino técnico-profissionalizante, refletida na abundância de artigos e reportagens sobre o tema localizadas no jornal consultado. A ênfase na formação prática e técnica visava atender às demandas de um sistema econômico em processo de modernização na época. Ao caminhar da pesquisa, notamos a presença de várias instituições deste ensino no estado, que ofereciam educação nas áreas industrial, comercial, normal e agrícola, juntamente com o ensino secundário.

Ao analisar a abrangência e a oferta, percebe-se que o ensino normal, em sua grande maioria, consistia em delimitar para as mulheres o papel feminino na sociedade, ofertando, no mercado de trabalho, oportunidades laborais muito próximas àquelas realizadas no lar. Já para os homens, observamos cursos voltados ao trabalho na indústria têxtil, marcenaria, sapataria, mecânica, agrícola e outros.

Também destacamos que cidades como João Pessoa, Bananeiras, Campina Grande, Pombal, Princesa Isabel, Alagoa Grande, Catolé do Rocha, Santa Luzia, Patos, Guarabira, Cajazeiras entre outras, implantaram, na época, o ensino técnico-profissional mediante diversos cursos,



sendo destaque a formação de professoras. Paralelamente, outros ramos da educação profissional também se destacavam, como o ensino agrícola, representado pela Escola Agrotécnica Vidal de Negreiros e pela Escola de Agronomia do Nordeste. Essas instituições eram frequentemente mencionadas em reportagens do jornal A União como as principais da região, o que se justifica pela importância do setor agrícola no estado naquele momento.

Por fim, é importante ressaltar que os resultados apresentados não são definitivos, visto que se tratam de uma contribuição preliminar à discussão sobre a história do ensino técnico-profissional de nível secundário na Paraíba, na década de 1950. A pesquisa continua avançando na análise dos achados, gerando novas questões/problematizações e buscando responder a inquietações ainda não resolvidas. Muito há por ser explorado e produzido!

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Luciene Chaves De. **A expansão do ensino normal na paraíba (1930-1960)**. CONEDU - História da Educação... Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/91179>>. Acesso em: 10/09/2025.

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de **1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola**. Diário Oficial da União: sessão 1, a. 85, n. 193, Brasília, DF

**Câmara Dos Deputados** Do Brasil. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/4/1950, Página 5425 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1950, Página 142 Vol. 3 (Publicação Original). Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.camara.gov.br). Acesso em: 19 de julho de 2024.

**Câmara Dos Deputados** Do Brasil. Disponível em: [lei-1821-12-marco-1953-366631-normaatualizada-pl.pdf \(camara.leg.br\)](http://camara.leg.br). Acesso em: 19 de julho de 2024.

**Câmara Dos Deputados** Do Brasil. Disponível em: [Lei 3552/1959 \(camara.leg.br\)](http://camara.leg.br/). Acesso em: 19 de julho de 2024.

FERREIRA, Naura; AGUIAR, Márcia. **Gestão da Educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

GEORGE, Michael. A Educação e o Estado Novo: A ratificação da ordem dominante e a construção do imaginário político brasileiro. **Rio de Janeiro: Periódico de Divulgação Científica da FALS, ano I**, n. 02, 2008.

GINZBURG, Carlo, 1939. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

Jornal A UNIÃO, João Pessoa: Imprensa Oficial do Governo do Estado da Paraíba, ano LIX, n.º 258, 20-11-1951, p.01.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et. al]. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

MEDEIROS NETA, O. M. et al. Organização e Estrutura da Educação Profissional no Brasil: da Reforma Capanema às Leis de Equivalência. **HOLOS**, Ano 34, Vol. 04. Ano 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6981>. Acesso em 12 de abril de 2022.

NASCIMENTO, Gabriel Alves do. **A educação moral na formação da infância e adolescência desvalida moderna**: o caso de Pindobal na Paraíba do século XX (1930-1960). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB. - João Pessoa, 2022.

NUNES, Clarice. **Escola e Dependência**: o ensino secundário e a manutenção da ordem. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999.

RAMOS, Marise Nogueira. O Ensino médio ao longo do século XX: um projeto inacabado. STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H.C. (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III: século XX. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 229-242.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do regime militar. **Cadernos Cedes**, v. 28, p. 291-312, 2008.